

Prefeitura Municipal de Uberlândia do Estado de Minas Gerais

UBERLÂNDIA-MG

Profissional de Apoio Escolar

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ FONOLOGIA	9
CONCEITO	9
ENCONTROS VOCÁLICOS E DÍGRAFOS.....	9
ORTOGRAFIA	9
NÚMERO DE SÍLABAS	10
DIVISÃO SILÁBICA	10
ACENTUAÇÃO.....	10
ORTOÉPIA E PROSÓDIA.....	11
■ MORFOLOGIA: ESTRUTURA E FORMAÇÃO DAS PALAVRAS.....	11
■ CLASSES DE PALAVRAS	15
■ SINTAXE.....	35
Termos da Oração.....	36
PERÍODO COMPOSTO – CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES	41
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	45
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	46
■ CRASE	52
■ PONTUAÇÃO	53
■ SEMÂNTICA.....	56
A SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS NO TEXTO.....	56
■ INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	58
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	75
■ PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO.....	75
■ LÓGICA DEDUTIVA, ARGUMENTATIVA E QUANTITATIVA.....	76
■ LÓGICA MATEMÁTICA QUALITATIVA	78
■ SEQUÊNCIAS LÓGICAS ENVOLVENDO NÚMEROS, LETRAS E FIGURAS	78

PROGRESSÕES ARITMÉTICA.....	78
PROGRESSÕES GEOMÉTRICA.....	80
■ REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTAS	83
■ RAZÕES ESPECIAIS	87
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE	89
■ CONJUNTOS.....	100
AS RELAÇÕES DE PERTINÊNCIA, INCLUSÃO E IGUALDADE.....	100
OPERAÇÕES ENTRE CONJUNTOS, UNIÃO, INTERSEÇÃO E DIFERENÇA	104
■ GEOMETRIA PLANA	109
■ GEOMETRIA ESPACIAL	130
■ TRIGONOMETRIA.....	137
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS.....	156
■ EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES DE 1º E 2º GRAUS.....	162
■ FUNÇÕES DE 1º E 2º GRAU.....	170
■ GEOMETRIA ANALÍTICA	178
■ MATRIZES DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES	195
■ POLINÔMIOS	210
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	227
■ A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	227
■ DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE UBERLÂNDIA	227
■ EDUCAÇÃO INCLUSIVA	234
■ INTEGRAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE.....	235
■ LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 040, DE 5 DE OUTUBRO DE 1992 - ARTS. 163 E 164.....	237
■ LEI MUNICIPAL Nº 9.626, DE 22 DE OUTUBRO DE 2007.....	237
■ LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	241
■ LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 - LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	294

■ NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS.....	315
■ O ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	322
■ O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR.....	329
■ ORIENTAÇÃO À HIGIENE E CUIDADOS COM A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	330
■ TECNOLOGIA ASSISTIVA.....	332



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Para além da ampliação quantitativa do acesso à escola, o Estado tem sido cobrado cada vez mais pelos debates educacionais e pela ação dos movimentos sociais para garantir um atendimento de qualidade e que considere as necessidades da criança, suas identidades e autonomia.

Nesse contexto, os documentos oficiais reafirmam a centralidade da gestão democrática da educação, a finalidade de desenvolvimento integral dos estudantes e o fortalecimento de um sistema de garantia de direitos, dentre os quais situa-se o direito de brincar.

A partir do momento em que a criança passa a ser considerada sujeito de direito e ator social, o reconhecimento do brincar se mostra importante para vários aspectos:

- Desenvolvimento físico;
- Desenvolvimento emocional,
- Desenvolvimento cognitivo;
- Desenvolvimento social.

O brincar é uma necessidade da criança, mas, também, um direito relacionado à sua **liberdade e autonomia**. Participar das decisões relacionadas a assuntos que lhe dizem respeito e a liberdade para fazer escolhas está apresentado, inclusive, no ECA.

Além de contribuírem para a valorização do patrimônio cultural e identidades (idade, sexo, regionalidade, condição socioeconômica, raça/etnia, entre outros), as brincadeiras, que as crianças gostam bastante, possibilitam uma maior interação e envolvem aspectos físico-motores, cognitivos e sociais.

Brincando, as crianças também aprendem regras sociais, seus limites e os limites das pessoas. Ao crescer um pouco, pelas brincadeiras, a criança vai trabalhar habilidades motoras, ao empilhar, encaixar e combinar objetos, além de aprender jogos com regras e estratégias cada vez mais complexas. Ao permitir que nossas crianças brinquem, não oferecendo apenas brinquedos, mas tempo para isso, contribuimos para que elas sejam mais autônomas e criativas, que saibam resolver problemas e se relacionar com a sua auto-identidade e com os outros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 01 abr. 2022.
DAHBERG, Gunila; MOSS, Peter; PENCE, Alan. Construindo a primeira infância: o que achamos que isso seja? In: _____. **Qualidade na Educação**

da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 63-85.

LINO, Dalila B. A rotina diária nas experiências-chave do modelo High/Scope. In: ZABALZA, Miguel. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 185-204.

VARGAS, Gardia. A prática educativa em creches: o que fazem os bebês? In: MARTINS FILHO, José A. **Educar na creche**: uma prática construída com os bebês e para os bebês. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 99-115.

DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE UBERLÂNDIA

As Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia foram elaboradas com o propósito de garantir a efetivação do direito à educação para todos os estudantes, especialmente aqueles que fazem parte do público da Educação Especial.

É importante ressaltar que o presente documento foi construído de forma coletiva, envolvendo professores, especialistas, gestores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação, de maneira democrática e participativa.

Assim, as diretrizes visam consolidar uma política educacional inclusiva, capaz de promover o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, reconhecendo e respeitando suas singularidades e se apresentam como um instrumento orientador que se articula com os princípios da inclusão, da equidade e da diversidade, alinhando-se às normativas nacionais e internacionais sobre direitos das pessoas com deficiência.

Dessa forma, visando à sua melhor preparação para o certame, recomendamos a leitura na íntegra da legislação, disponível no link a seguir: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/>

Portanto, a seguir você encontrará o resumo da legislação com os dispositivos mais pertinentes à sua preparação. Porém, pensando em seu preparo, não há como descartar a leitura do conteúdo de maneira integral, como já disposto anteriormente.

Bons estudos!

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DIRETRIZES

As Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia são fruto de um processo histórico, coletivo e reflexivo, que responde às necessidades da Rede Municipal de Ensino de construir um currículo alinhado aos princípios da inclusão, da diversidade e da equidade.

A concepção que fundamenta essas diretrizes entende que o currículo não é apenas um documento normativo ou uma sequência de conteúdos, mas sim um processo social, político e cultural, que se constrói e se reconstrói no cotidiano escolar, a partir da interação entre os sujeitos e suas práticas.

A construção das diretrizes surge da necessidade de atender as demandas contemporâneas da educação, especialmente no que se refere à inclusão dos estudantes públicos da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular.

Esse processo foi permeado por uma série de discussões, debates e estudos realizados por profissionais da rede, gestores, professores, pedagogos, especialistas e representantes da comunidade escolar.

A elaboração do documento levou em consideração as normativas nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo Referência de Minas Gerais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Decreto Federal nº 7.611 de 2011, entre outros marcos legais.

Além disso, buscou dialogar com os princípios da educação inclusiva preconizados pela Declaração de Salamanca, que defende a escola como um espaço para todos, acolhedor das diferenças e comprometido com a superação das barreiras que impedem a participação plena dos estudantes.

Na perspectiva adotada, o currículo é compreendido como um processo dinâmico, flexível e capaz de se adaptar às diferentes realidades, reconhecendo que a diversidade é uma característica inerente a qualquer contexto social e, portanto, também ao ambiente escolar.

Assim, o documento se propõe não apenas a normatizar práticas, mas a orientar ações pedagógicas que promovam a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os estudantes, com ou sem deficiência, considerando suas singularidades e potencialidades.

A construção coletiva das diretrizes reflete, portanto, o compromisso da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia com a efetivação do direito à educação, entendendo que essa só se concretiza plenamente quando todos os sujeitos têm assegurado não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e o sucesso no processo educativo.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA

As diretrizes da Educação Especial da Rede Municipal de Uberlândia são sustentadas por princípios que fundamentam uma prática pedagógica inclusiva, democrática e comprometida com a formação integral dos sujeitos.

O primeiro princípio é o da formação humana, que reconhece o estudante como um ser histórico, social e cultural, dotado de direitos e de potencialidades, cuja aprendizagem e desenvolvimento ocorrem na interação com o outro e com o meio.

Esse princípio pressupõe uma concepção de educação que vai além da mera transmissão de conteúdos, compreendendo o processo educativo como espaço de construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, formação de valores, fortalecimento da autonomia e exercício da cidadania. Nessa perspectiva, a educação não se limita ao desenvolvimento cognitivo, mas envolve também os aspectos afetivos, sociais, culturais e éticos dos sujeitos.

Outro princípio basilar é o da educação inclusiva, que se fundamenta no direito de todos à educação, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, emocionais ou sociais.

A educação inclusiva rompe com a lógica da exclusão e da segregação, ao compreender que a diferença é parte constitutiva da condição humana e que o ambiente escolar deve estar preparado para acolher, valorizar e atender a essa diversidade.

A compreensão dos sujeitos e de seus tempos de vivência é outro princípio essencial, pois reconhece que cada estudante possui ritmos, trajetórias, histórias e formas próprias de aprender, interagir e se desenvolver. Isso exige da escola e dos profissionais uma postura sensível, atenta e capaz de flexibilizar práticas, metodologias e avaliações, de modo a respeitar e atender às necessidades individuais, sem perder de vista o coletivo.

As diretrizes também se alinham às dez competências gerais da BNCC, que orientam a construção de uma educação que desenvolva, de forma integrada, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para a vida em sociedade, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Cumprir ressaltar que tais competências reforçam a importância da empatia, do respeito à diversidade, do pensamento crítico, da responsabilidade e do protagonismo dos estudantes.

Por fim, destaca-se a importância da relação entre escola e família, reconhecendo que a efetivação da inclusão e do processo educativo exige uma atuação conjunta, dialógica e colaborativa entre esses dois espaços formativos.

Assim, a construção de uma educação inclusiva só se concretiza quando há um compromisso coletivo, que envolve não apenas os profissionais da educação, mas também as famílias e a comunidade.

DIRETRIZES METODOLÓGICAS

As diretrizes metodológicas das Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia orientam a construção de práticas pedagógicas que assegurem a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes públicos da educação especial no contexto da educação regular, partindo da compreensão de que o processo de ensino e aprendizagem deve ser centrado no estudante, considerando suas potencialidades, suas necessidades específicas e suas singularidades.

O processo de ensino deve ser planejado de forma colaborativa, envolvendo os professores da sala regular, os profissionais da Educação Especial, os gestores escolares e as famílias, de modo a garantir a articulação entre o ensino comum e os serviços de apoio especializado.

As práticas pedagógicas devem ser diversificadas, flexíveis e capazes de promover a participação de todos os estudantes nas atividades escolares.

A avaliação é compreendida como um processo contínuo, formativo, processual e inclusivo, que tem por finalidade acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, identificar suas necessidades, orientar as intervenções pedagógicas e promover reflexões sobre as práticas educativas.

Assim, a avaliação não deve se limitar à mensuração de resultados, mas deve considerar os avanços, os processos e os percursos de cada estudante, valorizando suas conquistas e respeitando seus tempos e ritmos de aprendizagem.

As transições escolares são outro aspecto metodológico de grande relevância, especialmente quando se trata de estudantes da Educação Especial.

Desta forma, a passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II, e deste para o Ensino Médio, deve ser cuidadosamente planejada, considerando as

especificidades dos estudantes, de modo a assegurar a continuidade dos processos educativos e a manutenção dos apoios necessários.

O uso de recursos de tecnologia assistiva, de materiais adaptados, de estratégias de ensino colaborativo, de metodologias ativas e de práticas de ensino diferenciadas são elementos fundamentais para garantir a acessibilidade ao currículo e à participação dos estudantes, sendo que essas estratégias devem ser incorporadas de forma natural ao cotidiano escolar, não como exceções, mas como parte integrante do fazer pedagógico.

A formação continuada dos profissionais também é considerada um eixo metodológico imprescindível, uma vez que a construção de práticas inclusivas demanda conhecimento, reflexão, estudo e troca de experiências. Somente por meio de uma formação permanente, crítica e reflexiva é possível desenvolver práticas pedagógicas que respondam, de fato, às demandas de uma escola inclusiva.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial, no contexto da educação inclusiva, é concebida como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades da educação, que se destina a atender os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Neste sentido, a educação inclusiva se fundamenta na defesa do direito inalienável de todos à educação em ambientes comuns, reconhecendo que a presença da diversidade é enriquecedora para o processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, a inclusão não se limita ao ingresso físico do estudante na escola, mas implica sua participação efetiva nas atividades pedagógicas, na vida escolar e nos processos de interação e socialização.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dos principais serviços da Educação Especial, sendo ofertado no contraturno da escolarização, preferencialmente nas salas de recursos multifuncionais.

O AEE tem por objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, além de desenvolver habilidades e competências que favoreçam sua autonomia e seu desenvolvimento.

No entanto, o AEE não substitui o ensino da sala regular, nem é responsável por garantir, sozinho, o processo de escolarização dos estudantes da Educação Especial, uma vez que trata-se de um serviço complementar e suplementar, que se articula com o trabalho desenvolvido na sala comum, contribuindo para que os estudantes tenham acesso, participação e aprendizagem nos conteúdos do currículo.

O compromisso com a inclusão exige que toda a comunidade escolar se envolva nesse processo, assumindo a responsabilidade coletiva pela construção de uma escola que reconheça, valorize e atenda às diferenças.

Isso significa repensar práticas, rever concepções, flexibilizar metodologias, adaptar materiais, garantir a acessibilidade, promover a formação continuada dos profissionais e estabelecer parcerias com as famílias e com os serviços de apoio.

A educação inclusiva, portanto, não é uma prática isolada ou restrita a alguns profissionais, mas um princípio que orienta todo o trabalho pedagógico, administrativo e institucional da escola.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

A trajetória da Educação Especial no município de Uberlândia reflete, em grande medida, o movimento histórico nacional em direção à consolidação da educação inclusiva como um direito fundamental. Inicialmente, o atendimento às pessoas com deficiência estava restrito a instituições filantrópicas, assistenciais e de caráter segregado.

Esses espaços ofereciam serviços educativos voltados exclusivamente para pessoas com deficiência, fora do sistema regular de ensino, reproduzindo uma lógica excludente e pouco sensível aos direitos sociais.

A partir da década de 1990, em consonância com as diretrizes internacionais e nacionais, especialmente após a Declaração de Salamanca de 1994, iniciou-se no município um processo de transição de um modelo segregador para um modelo inclusivo.

Esse movimento teve como marcos importantes a formulação de políticas públicas, o fortalecimento do papel da Secretaria Municipal de Educação e a criação de estruturas institucionais específicas para atender às demandas da Educação Especial.

Entre os avanços mais significativos destaca-se a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, que começaram a funcionar de forma sistemática a partir dos anos 2000. Essas salas, vinculadas às escolas da rede regular, passaram a ofertar o Atendimento Educacional Especializado, atuando de forma complementar e suplementar ao ensino da sala de aula comum.

O município também estruturou, ao longo desse processo, o Campus Municipal de Atendimento Especializado, um espaço que centraliza ações de avaliação, orientação, formação de professores e atendimento educacional especializado. Esse campus tornou-se referência no apoio às unidades escolares e no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes público da Educação Especial.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial no município de Uberlândia está ancorada em fundamentos teóricos e metodológicos que dialogam diretamente com as concepções contemporâneas de inclusão, diversidade e desenvolvimento humano.

O ponto de partida dessa fundamentação teórica é a compreensão de que a diferença é uma condição inerente à experiência humana e que, portanto, não deve ser vista como deficiência, incapacidade ou limitação, mas como expressão da diversidade que compõe os sujeitos e os contextos sociais.

Do ponto de vista teórico, a abordagem histórico-cultural, fundamentada nos estudos de Lev Vygotsky, é uma das principais referências. Essa perspectiva defende que o desenvolvimento humano não é um processo exclusivamente biológico ou individual, mas resulta das interações sociais e da mediação cultural.

Para Vygotsky, é na relação com o outro e com os instrumentos culturais que o sujeito se desenvolve, constrói conhecimento e amplia suas capacidades.

A partir desse referencial, compreende-se que as limitações não estão exclusivamente no sujeito, mas nas barreiras sociais, culturais, pedagógicas, físicas e atitudinais que impedem ou dificultam sua plena participação.

Assim, a Educação Especial assume o papel de promover a eliminação dessas barreiras, criando condições para que todos os estudantes tenham acesso ao currículo, possam participar efetivamente das atividades escolares e desenvolver suas potencialidades.

No campo metodológico, as práticas pedagógicas devem ser fundamentadas na flexibilização curricular, na diferenciação didática e na personalização das intervenções educativas. Isso significa planejar, executar e avaliar o processo de ensino de modo que ele atenda às necessidades específicas de cada estudante, respeitando seus ritmos, estilos de aprendizagem, experiências e conhecimentos prévios.

A utilização de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas, de materiais adaptados e de estratégias de ensino colaborativo são elementos fundamentais dessa abordagem. Além disso, a metodologia deve ser centrada no protagonismo do estudante, estimulando sua autonomia, sua participação ativa e seu desenvolvimento integral.

A mediação pedagógica, nesse contexto, assume papel central, pois é por meio dela que o professor, atuando como mediador, promove as interações necessárias para que o estudante avance em seu processo de desenvolvimento, exigindo dos profissionais uma postura ética, sensível, reflexiva e comprometida com a transformação das práticas educativas em direção à efetivação dos direitos humanos e da justiça social.

ASPECTOS ESSENCIAIS PARA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A efetivação da educação inclusiva, especialmente no que se refere ao atendimento dos estudantes público da Educação Especial, exige a articulação de diversos elementos, que vão desde o planejamento pedagógico até a gestão institucional e a mobilização da comunidade escolar.

O primeiro aspecto fundamental é o acolhimento, entendido como a construção de um ambiente escolar que valoriza a diversidade, respeita as singularidades e promove relações interpessoais baseadas no cuidado, na escuta e no reconhecimento do outro.

O acolhimento não se restringe ao momento da matrícula, mas deve permear toda a trajetória escolar do estudante, garantindo sua participação e seu pertencimento ao grupo.

A acessibilidade é outro eixo central, abrangendo não apenas os aspectos físicos, mas também os comunicacionais, pedagógicos, tecnológicos e atitudinais. A escola precisa ser um espaço livre de barreiras, capaz de oferecer recursos, serviços e adaptações que assegurem o acesso de todos os estudantes aos saberes, às experiências e às práticas educativas.

A flexibilização curricular é igualmente indispensável. Isso significa que o currículo deve ser pensado de forma aberta, dinâmica e responsiva às necessidades dos estudantes. Não se trata de reduzir ou

simplificar os conteúdos, mas de organizar os processos de ensino e aprendizagem de maneira que todos possam participar e aprender, por meio de estratégias diversificadas, de diferentes formas de representação, de expressão e de engajamento.

O trabalho colaborativo entre os profissionais da escola, os serviços de apoio, as famílias e a comunidade são essenciais para a construção de práticas inclusivas. A inclusão não é responsabilidade de um único professor ou de um setor específico da escola, mas de todos os envolvidos no processo educativo.

Por fim, a formação continuada dos profissionais é um elemento estruturante para a consolidação da inclusão. É por meio da formação, da reflexão crítica, da socialização de experiências e do fortalecimento das redes de apoio que os profissionais se sentem preparados para enfrentar os desafios da prática pedagógica inclusiva.

CONHECENDO O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O público da Educação Especial na Rede Municipal de Uberlândia é composto por estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas, decorrentes de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, sendo que cada grupo possui características próprias, que demandam atenção, conhecimento e práticas pedagógicas diferenciadas.

Os estudantes com deficiência física podem apresentar limitações motoras que impactam sua mobilidade, sua comunicação ou sua interação com os materiais pedagógicos. Para esses estudantes, a escola deve assegurar adaptações arquitetônicas, uso de mobiliário adequado, recursos de tecnologia assistiva e estratégias que favoreçam sua autonomia e sua participação.

Os estudantes com deficiência visual necessitam de recursos como o sistema braile, materiais táteis, audiobooks, softwares de leitura de tela e apoio de profissionais especializados, como instrutores de braile. É fundamental que a escola proporcione ambientes acessíveis, com sinalização adequada e materiais adaptados.

Os estudantes com deficiência auditiva demandam práticas pedagógicas que garantam o acesso à comunicação, como a presença de intérpretes de Libras, uso de materiais visuais, legendagem e tecnologias assistivas específicas.

Além disso, é importante que a comunidade escolar se sensibilize e promova o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação inclusivo.

Os estudantes com deficiência intelectual apresentam variações no desenvolvimento cognitivo, social e adaptativo. As práticas pedagógicas devem ser centradas no desenvolvimento das habilidades funcionais, na mediação cuidadosa e na construção de ambientes de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento das competências acadêmicas, sociais e emocionais.

Os estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) possuem características que impactam a comunicação, a interação social e os padrões de comportamento. A organização do ambiente, a previsibilidade das rotinas, o uso de recursos visuais e a construção de estratégias individualizadas são fundamentais para seu processo de aprendizagem.

Os estudantes com altas habilidades/superdotação se caracterizam por apresentar desempenho significativamente acima da média em uma ou mais áreas do conhecimento, da criatividade, da liderança, das artes ou das habilidades psicomotoras.

Esses estudantes demandam desafios cognitivos, oportunidades de aprofundamento dos saberes, atividades de enriquecimento curricular e espaços que estimulem sua criatividade e seu protagonismo.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA

A estrutura e o funcionamento dos serviços de Educação Especial na Rede Municipal de Uberlândia são organizados de forma a assegurar o direito dos estudantes público da Educação Especial à educação inclusiva, garantindo-lhes acesso, participação e aprendizagem no ensino regular.

Cumpre ressaltar que o principal serviço oferecido pela Rede é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que ocorre preferencialmente no contraturno escolar, em salas de recursos multifuncionais instaladas nas próprias unidades de ensino.

O AEE tem a finalidade de eliminar as barreiras para a participação e aprendizagem dos estudantes, por meio da oferta de recursos, estratégias pedagógicas, adaptações e tecnologias assistivas.

Seu objetivo não é reforçar conteúdos curriculares, mas desenvolver habilidades funcionais, comunicacionais, cognitivas e sensoriais que favoreçam a autonomia do estudante e sua participação nas atividades da sala regular.

Além do AEE, a Rede Municipal conta com o Campus Municipal de Atendimento Especializado, que oferece suporte especializado, avaliações, orientação às famílias, acompanhamento aos estudantes e apoio técnico-pedagógico às unidades escolares. Esse campus também realiza formações para os profissionais da rede, elabora materiais pedagógicos adaptados e desenvolve projetos específicos de apoio à inclusão.

Complementam esse atendimento os profissionais de apoio escolar, intérpretes de Libras, instrutores de braile, guias-intérpretes, profissionais especializados em comunicação alternativa e mediadores escolares.

Esses profissionais atuam diretamente no apoio ao estudante durante sua permanência na sala regular, auxiliando na comunicação, na locomoção, na organização dos materiais, nas atividades pedagógicas e nas interações sociais.

A estrutura de funcionamento da Educação Especial também exige que cada unidade escolar incorpore em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) as diretrizes da inclusão, de modo que haja uma articulação efetiva entre o ensino regular e os serviços de apoio.

Esse alinhamento permite que o processo educativo ocorra de maneira planejada, sistemática e consistente, promovendo uma educação que valorize as diferenças como parte constitutiva do ambiente escolar.

PARCERIAS E REDES DE APOIO À INCLUSÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A efetivação da educação inclusiva não é uma tarefa que possa ser executada exclusivamente pela escola, exigindo a construção de uma rede de apoio intersetorial, envolvendo diferentes instituições,

serviços e profissionais que atuam de forma articulada para atender às múltiplas e complexas necessidades dos estudantes público da Educação Especial.

As parcerias institucionais são fundamentais para ampliar o alcance das ações pedagógicas e para fortalecer o atendimento integral. A Secretaria Municipal de Educação estabelece vínculos com universidades, centros de pesquisa, instituições de saúde, organizações não governamentais, conselhos municipais e demais órgãos públicos e privados. Essas parcerias proporcionam avaliações especializadas, apoio terapêutico, desenvolvimento de pesquisas, capacitação de profissionais e implementação de projetos que beneficiam diretamente os estudantes.

As redes de apoio à inclusão também são compostas por serviços de saúde, assistência social e direitos humanos, como Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Conselhos Tutelares, unidades básicas de saúde, centros especializados em reabilitação, entre outros. Essa articulação permite que as famílias e os estudantes recebam suporte não apenas no âmbito educacional, mas também nas esferas social, psicológica, médica e comunitária.

O trabalho conjunto entre escola e família é outro componente essencial dessa rede. A participação ativa da família no processo educativo é imprescindível, tanto para o acompanhamento das atividades escolares quanto para o desenvolvimento das ações previstas no Atendimento Educacional Especializado. A escola deve promover encontros, reuniões e espaços de diálogo permanente com as famílias, fortalecendo o vínculo e a corresponsabilidade no processo de inclusão.

Assim, as parcerias e redes de apoio funcionam como uma teia de proteção, suporte e cuidado, que permite que os estudantes público da Educação Especial possam exercer plenamente seus direitos, superando as barreiras que historicamente limitaram sua participação social e educacional.

PROCESSO AVALIATIVO E FORMATIVO DOS ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O processo avaliativo dos estudantes público da Educação Especial na Rede Municipal de Uberlândia é concebido como um processo formativo, contínuo, processual e inclusivo, que visa muito mais compreender os avanços, as potencialidades e as necessidades do estudante do que apenas aferir seu desempenho em relação a padrões normativos.

A avaliação, nesse contexto, não se limita à verificação de conteúdos, mas observa o desenvolvimento global do estudante, considerando suas dimensões cognitivas, afetivas, sociais, comunicacionais, sensoriais, motoras e funcionais.

É válido destacar que avaliar significa acompanhar de forma sensível e criteriosa os percursos de aprendizagem, reconhecendo os avanços, identificando as barreiras e ajustando as práticas pedagógicas de forma a garantir que todos possam aprender.

O processo avaliativo deve ser flexível, adaptando-se às especificidades de cada estudante. Isso implica na utilização de instrumentos diferenciados, linguagens alternativas, recursos tecnológicos, materiais adaptados e estratégias que permitam que o estudante expresse seus conhecimentos e competências da forma mais adequada à sua condição.